



Relações étnico-raciais, identidade e estigma social: estudo bibliográfico dos CAPS AD como territórios interétnicos

Taísa Santos Sacramento*¹, Priscila d' Almeida Ferreira¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*taisasantossacramento@gmail.com

TRABALHOS COMPLETOS – GT 1 ETNICIDADE, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

RESUMO

Este trabalho analisa os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) como espaços educativos e como territórios interétnicos que podem promover práticas de convivência e troca cultural, contribuindo para a re(construção) de identidade e resistência cultural. A pesquisa, de abordagem bibliográfica e qualitativa, realizou uma revisão sistemática de obras clássicas e contemporâneas sobre relações étnico-raciais, identidade, estigma e cultura, organizando as contribuições em eixos analíticos de educação, cultura e sociologia. A metodologia buscou interpretar criticamente os espaços dos CAPS AD, considerando as tensões entre exclusão social e possibilidades de resistência e reconstrução identitária, com ênfase na interseção entre experiência, educação e cultura. Os autores estudados evidenciam que esses territórios atuam na desconstrução de estigmas e na valorização das identidades, promovendo autonomia, pertencimento social e resistência cultural, especialmente de grupos historicamente marginalizados, como afrodescendentes, indígenas e quilombolas. Assim, este estudo reforça a importância de compreender os CAPS AD não apenas como dispositivos de saúde, mas como territórios de formação e transformação social, capazes de fomentar processos de emancipação, valorização cultural e inclusão de sujeitos marginalizados.

Palavras-chave: CAPS (AD). Identidade. Território interétnicos.

Submetido em: 11/10/2025 | **Aceito em:** 31/10/2025

Introdução

O texto apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado intitulada "Ludicidade como potência educativa: experiências formativas em um Centro de Atenção Psicossocial (AD III) em Vitória da Conquista – BA", vinculada à linha Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação do PPGEd/UESB. O estudo investiga como o lúdico atua como potência educativa nas experiências dos usuários do CAPS AD III, compreendendo que a educação não formal pode ser atravessada pela ludicidade, tornando o aprender uma experiência prazerosa e significativa, especialmente para pessoas em situação de dependência química.



XXI SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

Espiral da Pertença: Vinte anos de circularidade e debate das perspectivas étnicas e raciais no ODEERE

VII Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas : VIII Encontro de Religiões de Matriz Africana

VIII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero, Diversidade sexual -

V Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

III Festival das Artes: Ancestralidades em movimento : I Jequiê Zumba : Cantinho do Griô



Os CAPS AD, criados a partir da Reforma Psiquiátrica e da política antimanicomial, substituem o modelo hospitalocêntrico por um cuidado humanizado e territorializado. Mais do que espaços clínicos, configuram-se como territórios educativos não formais, onde emergem trocas culturais e processos de subjetivação.

A diversidade dos sujeitos atendidos (afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, ciganos, dentre outros) transforma os CAPS AD em ambientes interétnicos, marcados por tensões e desigualdades, mas também por possibilidades de reparação, pertencimento cultural e reconstrução de identidades.

Historicamente, as populações negras, indígenas e de outros grupos minoritários foram submetidas a processos de exclusão, racismo estrutural e negação de direitos, incluindo o acesso desigual à saúde e à educação. Como destaca Munanga (2004), o racismo no Brasil opera de forma velada, mas estruturante, atravessando políticas públicas e perpetuando desigualdades.

Nesse sentido, reconhecer os CAPS AD como espaços de educação não formal interétnicos implica ampliar sua potência transformadora, evidenciando seu papel na luta contra o estigma e na valorização dos aspectos culturais de seus usuários. Gomes (2012) acrescenta que pensar as relações étnico-raciais em ambientes educativos requer a problematização das hierarquias sociais e o reconhecimento da pluralidade cultural como elemento formativo. Assim, analisar bibliograficamente a interseção entre identidade, estigma e etnicidade nos CAPS AD constitui uma contribuição relevante tanto para os estudos em educação quanto para a saúde coletiva.

Diante disso, este estudo tem como objetivo principal analisar, à luz da literatura, como as relações étnico-raciais atravessam os CAPS AD e se articulam com os processos de construção identitária e com o estigma social. Busca-se ainda discutir a relevância de compreender esses serviços como espaços educativos não formais, capazes de promover experiências de valorização cultural e pertencimento dos sujeitos em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, discutir os CAPS AD como territórios interétnicos e educativos significa não apenas ampliar o olhar sobre suas práticas, mas também os inserir no



debate mais amplo sobre relações étnico-raciais e identidade. Este trabalho, de caráter bibliográfico, propõe refletir sobre essas dimensões, articulando autores das áreas da educação, dos estudos culturais e da saúde coletiva, com o intuito de compreender como os CAPS AD se configuram como espaços atravessados pela diversidade cultural e pelo desafio de enfrentar o estigma social, ou seja, um espaço interétnico.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem bibliográfica de caráter qualitativo, configurando-se como uma investigação teórica voltada à compreensão e problematização da realidade dos CAPS AD a partir de diferentes referenciais críticos. Conforme Gil (2002), esse tipo de pesquisa permite examinar fenômenos por meio do diálogo com produções científicas existentes, dispensando a coleta direta de dados empíricos.

A metodologia foi organizada em três etapas, sendo a primeira o levantamento sistemático de obras clássicas e contemporâneas sobre relações étnico-raciais, identidade, estigma e território interétnico. Esse levantamento foi realizado em bases acadêmicas e bibliotecas digitais, priorizando autores reconhecidos nos campos abordados.

A segunda etapa envolveu a organização e categorização das leituras, de modo a agrupar as contribuições em torno de eixos analíticos. No eixo da educação e relações étnico-raciais, destacam-se os trabalhos de Kabengele Munanga (2004), Nilma Lino Gomes (2012) e Petronilha Gonçalves (1998), que discutem o racismo estrutural e as práticas educativas voltadas para a valorização da diversidade cultural. No campo dos estudos culturais, autores como Stuart Hall (2006) e Homi Bhabha (1998) oferecem ferramentas para pensar a identidade como processo, a hibridização cultural e os espaços de negociação. Já no eixo da sociologia e da filosofia, as contribuições de Erving Goffman (1988), sobre estigma, e de Michel Foucault (2008) acerca do biopoder e das práticas de exclusão, fornecem base para compreender a marginalização social dos usuários.

Por fim, a terceira etapa correspondeu à articulação crítica desses referenciais, em diálogo com o objeto da pesquisa. O esforço metodológico



consistiu em construir um quadro teórico que permitisse ler os CAPS AD não apenas como dispositivos de saúde, mas como espaços educativos interétnicos, atravessados por tensões históricas de exclusão e, simultaneamente, por práticas de resistência e reconstrução identitária.

Dessa forma, a metodologia adotada não se limita a uma descrição bibliográfica, mas assume um caráter interpretativo e crítico, buscando evidenciar como as diferentes perspectivas teóricas convergem para iluminar os CAPS AD enquanto territórios de formação humana e valorização cultural.

Discussões e resultados

Historicamente, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) convivem com estigmas profundamente enraizados relacionados à loucura e a periculosidade. Esses estigmas têm origem em séculos de práticas de saúde mental baseadas no confinamento, na medicalização e na exclusão das pessoas em sofrimento psíquico. Desde os séculos XVII e XVIII, aqueles rotulados como “loucos” eram afastados da convivência social e inseridos em instituições como hospícios e manicômios, criando uma lógica que vinculava loucura à irracionalidade e ao perigo.

Foucault, em *História da loucura na idade clássica* (1978), mostra que o internamento não tinha caráter médico, mas funcionava como um mecanismo social e moral de exclusão. Seu objetivo era controlar e isolar os considerados desviantes da norma. Como afirma o autor, “a criação do internamento constituiu uma das formas mais gerais de repressão social no século XVII: uma maneira de controlar os indesejáveis e perigosos” (Foucault, 1978, p. 65). Assim, a voz do louco era negada e seu corpo submetido a práticas de controle, reforçando sua invisibilidade social.

No Brasil, esse modelo perdurou até a década de 1970, quando os movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial passaram a questionar a lógica da exclusão. Inspirados por perspectivas críticas e humanistas, esses movimentos defenderam a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção psicossocial centrada na liberdade, cidadania e autonomia.



Desse processo surgem os CAPS, dispositivos fundamentais da Reforma Psiquiátrica, voltados à promoção da autonomia, construção de vínculos e inclusão social dos usuários. Contudo, esses serviços ainda enfrentam estigmas persistentes, sendo muitas vezes vistos como “novos manicômios”, o que revela a permanência de visões históricas que associam a loucura à exclusão.

A partir da perspectiva de Stuart Hall, esses estigmas podem ser compreendidos como construções culturais e simbólicas que moldam identidades e reforçam marginalizações. Hall (2006) nos lembra que a representação da diferença e do desvio na mídia e na sociedade contribui para consolidar imagens de perigo e inadequação, que acabam afetando diretamente a experiência subjetiva dos indivíduos estigmatizados. Assim, os CAPS não apenas oferecem cuidado clínico, mas também desafiam essas representações sociais, propondo novas formas de relação e reconhecimento da diversidade humana.

Segundo Paulo Amarante (2007), a superação do modelo hospitalocêntrico não se dá apenas pela mudança física das instituições, mas pela transformação da lógica de cuidado: “Os CAPS são serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico, e seu funcionamento deve estar baseado na lógica do território, da cidadania e do cuidado em liberdade” (p. 61). Isso significa atuar no cotidiano dos usuários, em suas redes sociais e culturais, valorizando suas singularidades e promovendo participação e autonomia.

Ao se configurarem como espaços de acolhimento e interação, os CAPS confrontam os estigmas sociais e os imaginários de exclusão. Esse enfrentamento, porém, requer não apenas políticas públicas inclusivas, mas também processos educativos que promovam o reconhecimento da pluralidade humana e a desconstrução de preconceitos historicamente consolidados.

Sob a ótica de Foucault e Hall, a loucura é entendida não apenas como fenômeno clínico, mas como construção histórica e cultural, atravessada por relações de poder, estigma e resistência. Assim, os CAPS assumem dimensões política e ética, atuando como espaços de inclusão, além da valorização da diferença e promoção da cidadania.



Esses centros vão além do tratamento de transtornos mentais, abrangendo o cuidado de pessoas com dependência química, com foco na autonomia e na reintegração social (Vaz, 2023). Nesse contexto, a educação se articula aos CAPS como um processo contínuo de desenvolvimento humano, que envolve a construção de conhecimentos, valores e práticas sociais (Libâneo, 2012).

A educação não formal acontece fora do espaço escolar tradicional e, segundo Libâneo (1994, p.16), tem como finalidade:

[...] a formação e o desenvolvimento do indivíduo em aspectos que a educação formal não abrange plenamente. Ela se caracteriza por uma aprendizagem que ocorre em situações mais informais, como associações, grupos de interesse, movimentos sociais e outros espaços comunitários.

A educação nos CAPS se configura como uma prática não formal voltada à promoção da cidadania, da inclusão social e da qualidade de vida de pessoas com transtornos mentais ou dependência química. Esses serviços vão além do cuidado medicamentoso, incorporando ações educativas e de cuidado integral, como educação em saúde, apoio psicossocial e desenvolvimento de habilidades socioemocionais (Amarante, 2007). O propósito é fortalecer a autonomia dos usuários e possibilitar sua participação ativa na vida social.

Ademais, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) compreende a dependência química como um transtorno multifatorial, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Muitos usuários dos CAPS têm trajetórias marcadas pela exclusão escolar, agravada por desigualdades históricas associadas à raça, cor e etnia. Assim, a identidade étnico-racial influencia diretamente o acesso à educação, à saúde e a oportunidades sociais, tornando certos grupos mais suscetíveis à marginalização e ao estigma.

Diante disso, é essencial que as práticas educativas nos CAPS considerem não apenas a dimensão clínica, mas também as especificidades sociais e culturais dos usuários. A educação deve ser integradora e sensível à subjetividade, valorizando a diversidade e contribuindo para a inclusão social e a reconstrução de identidades.



Munanga (2004) evidencia que o racismo estrutural molda as condições de vida das populações negras, reforçando a importância de políticas de igualdade racial. Gomes (2012) destaca que o diálogo sobre diversidade cultural na educação é essencial para desconstruir preconceitos e promover cidadania. Gonçalves e Silva (1998) defendem uma educação que valorize o pertencimento étnico como parte da identidade.

Hall (2006) compreende a identidade como algo em constante construção, resultante de processos históricos, sociais e culturais. Bhabha (1998) amplia essa visão ao propor o "terceiro espaço", onde culturas se hibridizam e se ressignificam.

Goffman (1988) define o estigma como atributo que marginaliza indivíduos, especialmente os usuários de substâncias psicoativas, vistos como "desviantes". Foucault (2008) mostra que o biopoder atua no controle dos corpos e na produção de exclusões. Assim, o CAPS AD pode ser compreendido como espaço de enfrentamento do estigma e de reconstrução da dignidade dos sujeitos.

No quadro elaborado abaixo, é possível compreender as ideias principais de cada autor e como elas dialogam com a proposta deste trabalho. A relação foi construída mediante análise da pesquisadora, que buscou articular diferentes campos do saber: educação, filosofia, sociologia e estudos culturais, a fim de oferecer uma base teórica crítica para refletir sobre as questões étnico-raciais, identitárias e sociais na contemporaneidade.

Quadro 1- Análise das obras e suas relações com a pesquisa

Autor/ Ano	Ideias centrais	Relação com os usuários do CAPS (AD)
Kabengele Munanga (2004)	Racismo estrutural como elemento que organiza desigualdades sociais no Brasil.	Muitos usuários negros vivenciam exclusão social e dificuldades de acesso a direitos básicos, refletindo as marcas do racismo estrutural que atravessam suas trajetórias.
Nilma Lino Gomes (2012)	Educação como espaço de valorização da diversidade cultural e superação de preconceitos.	O CAPS pode se tornar um território educativo onde se reconhece e se legitima a pluralidade cultural dos usuários, fortalecendo identidades.



XXI SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

Espirais da Pertença: Vinte anos de circularidade e debate da perspectivas étnicas e raciais no ODEERE

VII Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas : VIII Encontro de Religiões de Matriz Africana

VIII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero, Diversidade sexual -

V Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

III Festival das Artes: Ancestralidades em movimento : I Jequié Zumba : Cantinho do Griô



Petronilha Gonçalves (1998)	Importância do pertencimento étnico para a construção da identidade.	O acolhimento nas práticas educativas no CAPS e a conscientização sobre, podem favorecer a expressão do pertencimento étnico e cultural como parte do processo de cuidado e reinserção social.
Stuart Hall (2006)	Identidade como processo em constante construção, marcado pela história e pela cultura.	Usuários do CAPS AD reconstróem suas identidades em meio ao estigma, elaborando novas narrativas sobre si mesmos.
Homi Bhabha (1998)	Conceito de "terceiro espaço" e hibridização cultural.	O CAPS, como espaço interétnico, possibilita encontros e trocas entre culturas diversas, favorecendo novas formas de pertencimento.
Erving Goffman (1988)	Estigma como atributo que desqualifica e marginaliza indivíduos.	Os usuários de substâncias psicoativas são marcados pelo estigma, sendo identificados como "desviantes"; o CAPS atua como espaço de enfrentamento a essas rotulações.
Michel Foucault (2008)	Biopoder e práticas de exclusão que controlam corpos e populações.	Os usuários estão submetidos a dispositivos de exclusão social; o CAPS, como política pública, tensiona essa lógica ao reconhecer a dignidade e a cidadania desses sujeitos.

Fonte: Elaborado pela autora/ 2025

A articulação entre os autores revela uma tensão produtiva entre as forças sociais de exclusão e estigmatização e as possibilidades de resistência e reconstrução identitária. Para Foucault (2008), Goffman (1988) e Munanga (2004), dispositivos de poder, estigma e racismo estrutural atravessam as experiências individuais, influenciando o acesso a direitos e o reconhecimento social, bem como a formação da subjetividade e do pertencimento.

Em contrapartida, Hall (2006), Bhabha (1998) e Gonçalves (1998) destacam a potência transformadora das práticas educativas e das experiências formativas, ressaltando identidades em constante movimento e a importância do pertencimento étnico e da valorização cultural na constituição do sujeito. Os autores reforçam ainda a ideia de identidades em movimento, hibridizadas e



negociadas, enquanto Gonçalves destaca a importância do pertencimento étnico e da valorização cultural como elementos centrais para a formação da subjetividade.

Essa tensão entre exclusão e reconstrução mostra que os espaços interétnicos e educativos devem ser analisados de forma interdisciplinar, considerando tanto as estruturas opressivas quanto as potencialidades formativas das experiências humanas.

Assim, compreende-se que os processos de estigmatização não determinam totalmente as trajetórias dos sujeitos: é na intersecção entre experiência, educação e cultura que surgem possibilidades de resistência, transformação e valorização da diversidade identitária, reafirmando os espaços educativos como territórios de criação, aprendizagem e emancipação.

Conclusões

A revisão bibliográfica evidencia que os CAPS AD se configuram como espaços interétnicos onde diversas identidades e experiências se encontram, atravessadas por processos de estigmatização e exclusão social. A presença de afrodescendentes, indígenas, quilombolas, ciganos e outros grupos vulnerabilizados revela como o racismo estrutural e as discriminações interseccionais impactam a experiência da dependência química, afetando a subjetividade, a inserção social e o acesso a direitos. Esses processos de poder e marginalização se entrelaçam às vivências individuais e coletivas, moldando trajetórias e ampliando desigualdades.

Por outro lado, compreender os CAPS AD como espaços educativos interétnicos permite reconhecer sua potência para a valorização cultural, reconstrução identitária e promoção do pertencimento social. Nesse sentido, ao articular saberes de diferentes áreas, este estudo reafirma que os CAPS AD devem ser entendidos não apenas como dispositivos de saúde, mas como territórios de resistência e formação humana. Neles, a interseção entre opressão social e experiências educativas possibilita a reconstrução de sentidos, a ampliação da autonomia e a valorização da diversidade identitária. Assim, esses espaços não



apenas enfrentam a exclusão, mas também oferecem condições concretas de transformação cultural, subjetiva e social.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Fiocruz, 2007.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Políticas de ação afirmativa: um enfoque educacional**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz. **A construção social da diferença: estudos sobre raça, gênero e classe**. São Paulo: Cortez, 1998.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World Drug Report**, 2019. Genebra: OMS, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvaturas da vara**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VAZ, Rosilda de Sousa Coutinho. **A memória e o trabalho educativo do CAPS para o exercício da cidadania**. Vitória da Conquista, 2023. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.